



Número: **0800482-67.2019.8.20.5125**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Patu**

Última distribuição : **23/04/2019**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO ADRIANO DO NASCIMENTO (AUTOR)		MAX REZZIERY FERNANDES SARAIVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42156374	23/04/2019 11:16	PROCURAÇÃO	Procuração
42156395	23/04/2019 11:16	RG e CPF	Documento de Identificação
42156437	23/04/2019 11:16	Declaração e Comprovante de Residência	Documento de Comprovação
42156465	23/04/2019 11:16	Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
42156507	23/04/2019 11:16	Requerimento Administrativo	Documento de Comprovação
42156537	23/04/2019 11:16	Atestado Médico	Documento de Comprovação
42156569	23/04/2019 11:16	Boletim de Atendimento de Urgência	Documento de Comprovação
42156619	23/04/2019 11:16	Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo	Documento de Comprovação
42156690	23/04/2019 11:16	Declaração de entrada no Hospital	Documento de Comprovação
43531781	03/06/2019 12:40	Despacho	Despacho
44265367	11/06/2019 09:00	Intimação	Intimação
44321914	12/06/2019 13:32	Citação	Citação

PROCURAÇÃO

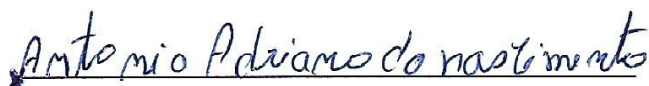
ANTÔNIO ADRIANO DO NASCIMENTO, brasileiro, Solteiro, Agricultor, portador do CPF/MF de nº 029.531.574-17 e do RG sob o nº 1.803.634 SSP/RN, residente e domiciliado no Sítio Escondido, Nº 81 J, Zona Rural, Patu/RN, CEP 59.770-000, não possui endereço eletrônico.

Pelo presente instrumento de procuração ao final assinado, nomeia(m) e constitui(em) seu(s) bastante(s) procurador(es) o(s) Sr.(s) Dr.(s)

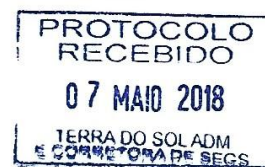
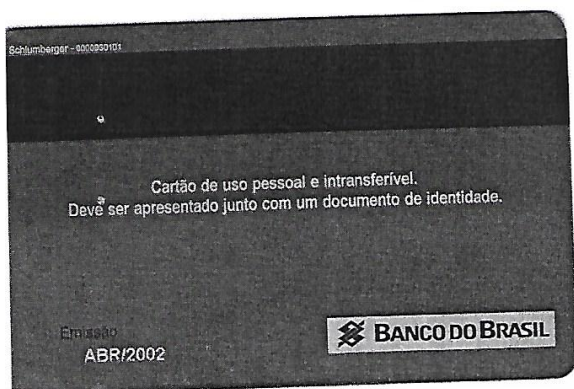
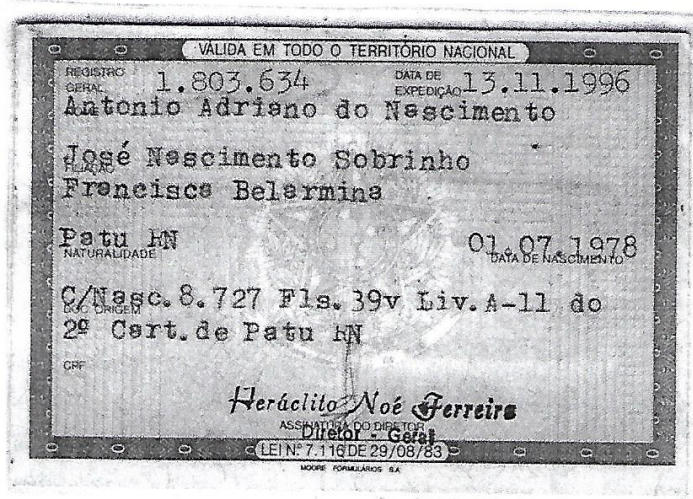
MAX REZZIERY FERNANDES SARAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o n **8.621** e no CPF n 011.476.484-09; todos com escritório profissional na Rua Auta de Souza, nº. 74, Centro, Mossoró-RN.

a quem confere(m) amplos e ilimitados poderes, para o fôro em geral, com as cláusulas **"AD-JUDICIA" e "AD NEGOTIA"** a fim de que agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos do(s) outorgante(s) perante qualquer Juízo, Instancia ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, representá-lo(a) perante o INSS, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s), e defendendo-o(s) quando for (em) réu(s), interessado(s) ou requerido(s), podendo reclamar, discordar, ratificar, retificar, conciliar, desistir, transigir, **fazer acordo** (judicial ou extrajudicial), recorrer, receber e dar quitação, confessar, receber intimações, **sacar, receber ou levantar alvará, fazer levantamento desses valores creditados em favor do(a) outorgante junto as instituições financeiras que façam referência aos depósitos judiciais em que o outorgado atue como patrocinado da ação**, requerer inventário ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, **E NOS CASOS DE PROCESSO NOS JUIZADOS, RENUNCIAR AO VALOR EXCEDENTE AO TETO DOS JUIZADOS NA DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO**, bem como, substabelecer a presente, com ou sem poderes, se assim lhe(s) convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Patu, 23 de abril de 2019.



Rua Bento Bandeira, 533 – Centro – Patu-RN – CEP: 59.6210-230
(84) 99619-0719 = E-mail: maxsaraivaadvocacia@hotmail.com
DEUS É FIEL



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, **Antônio Adriano do Nascimento**, RG nº 1.803.634, data de expedição 13/11/1996, Órgão SSP-RN, CPF nº **029.531.574-17**, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no Sítio Escondido, Nº 81 J, Zona Rural, Patu/RN, CEP: 59.770-000, não possuo endereço eletrônico, seguindo em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro.

Por ser verdade, firmo-me.

Patu, 16 de Abril de 2019.

Antônio Adriano do Nascimento

Grupo Neoenergia
cosern
 Rua Marmoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 50025-250
 CNPJ 08.324.126/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

Elétrica: Cidade-petrol 10-438, de 26/04/02
DE ENERGIA ELÉTRICA

DADOS DO CLIENTE
 FRANCIELMA LOURENÇO DO NASCIMENTO

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
 SI ESCONDIDO 81 J

CPF 054 269 474-30 NIS 16242014913

ZONA RURAL/ÁREA RURAL
 PATU RN
 59770-000

CLASSIFICAÇÃO
 B1 RESIDENCIAL
 BAIXA RENDA COM NIS
 Monofásico

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
001308368	UNICA	27/02/2017
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
27/02/2017	3000844344	1260358

CONTA CONTRATO	MES/ANO
0854715372	06/2017
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
04/07/2017	27/07/2017
TOTAL A PAGAR (R\$)	
39,10	

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,18308514	5,79
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	67,0000000	0,33100311	22,17
Acréscimo Bandeira VERMELHA			0,29
Contribuição Iluminação Pública			3,13
ICMS-Parcela Subvencionada			4,80
Multa por atraso-NF 001258888 - 26/05/17			0,72
Multa por atraso-NF 001284111 - 26/04/17			0,55
Multa por atraso-NF 001308864 - 27/03/17			0,64
Juros por atraso-NF 001284111 - 26/04/17			0,21
Juros por atraso-NF 001308864 - 27/03/17			0,57
Juros por atraso-NF 001258888 - 26/05/17			0,23

TOTAL DA FATURA

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
60331047	CAT -	26-06-2017	11 898,00	27-06-2017	11 955,00	32	1,00000		97,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano kWh
JUN 17 97
MAR 17 103
ABR 17 100
MAR 17 98
FEV 17 82
JAN 17 103
DEZ 16 109
NOV 16 105
OUT 16 98
SET 16 78
AOG 16 84
JUL 16 85
JUN 16 66

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	28,25	15,00
PIS	28,25	1,45
COFINS	28,25	0,69

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
Gerção de Energia	R\$ 5,07 32,11%
Transmissão	R\$ 1,30 4,60%
Distribuição (Cosern)	R\$ 6,79 24,04%
Perdas de Energia	R\$ 1,67 5,31%
Encargos Soteriais	R\$ 2,06 7,29%
Tributos	R\$ 7,39 26,05%
Total	R\$ 28,25 100%

Total		R\$ 28,26	100%
TARIFAS APLICADAS			
Consumo Ativo até 30 kWh			0,14283200
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh			0,24451200

RESERVADO AO FISCO

329C D3AD A298 B874 88D0 E48A B3DA 8FC2

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br. O cliente é compensado quando há violação de continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagamento em atraso gera Multa 2% (Art. 414-A NEEL-00/02/10) e Juros 1% a.m. (Lei 10.438 de 26/04/02), no próximo mês. Desconto para equiparação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei nº 10.438 de 26/04/02, R\$ 27,23. O Cliente é compensado quando há descumprimento de prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

Não existem débitos de 2016 e não há débitos de 2017 a serem quitados. Esta declaração é emitida para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quais são dos tributos mensais (Art. 414-A NEEL-00/02/10). Esta declaração não altera os dados de parcelamento contidos no sistema nem faz parte em discussão judicial que possa ser cobrada após o fim do processo judicial.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES				
CONJUNTO	VALOR APLICADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
DIC	ALM AFONSO	3,86	10,58	21,17
PIC		2,00	7,67	15,34
DMIC				30,69

NÍVEL DE TENSÃO		
TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

PROTOCOLO RECEBIDO
07 MAIO 2018
 TERRA DO SOL AUM
 E CORRETORA DE SEGS



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESED
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPO
DIRETORIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR - DPCIN
DIVISÃO DE POLÍCIA CIVIL DO OESTE -
7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL- PATÚ/RN

Boletim de Ocorrência nº 300/2016

Natureza da Ocorrência: Acidente de Trânsito

Local: BR 226 Próximo a cidade de Patu/RN

Data e hora do fato: 26/04/2016 às 07h26min

Comunicante: ANTONIO ADRIANO DO NASCIMENTO, Brasileiro, solteiro, pedreiro, natural de Patu/RN, CPF: 029.531.574-17, RG 1.803.634 SSP/RN, data de nascimento 01/07/1978, Filho de José Nascimento Sobrinho e de Francisca Belarmina, Residente no Sítio escondido, zona rural de Patu, Patu/RN.

Telefone: (83) 9983-7764

Vítima: O comunicante

Investigado: A Esclarecer

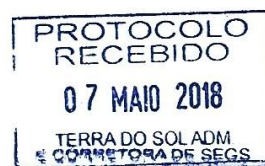
HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA: O declarante compareceu nesta unidade policial e comunicou QUE: na data e hora supracitada, QUE vinha em moto tipo HONDA/NXR 150 BROS ES, placa QFB 7079/PB, cor Vermelha, ano 2014/2014, renavam 0101765386-8, chassi 9C2KD0550ER114112, em nome de Paulo Batista Pereira, CPF 025.829.444-24, QUE uma mulher em uma moto trax, cor Preta, veio em sua direção no contorno que liga as cidades de Patu/RN a cidade de Catolé do Rocha que não teve como desviar vindo a bater e cair, QUE foi socorrido para o Hospital desta cidade pela ambulância de Patu;

O DECLARANTE SE RESPONSABILIZA CIVIL E CRIMINALMENTE PELO TEOR DE SUAS DECLARAÇÕES.

Providências Adotadas:

(01) Registro da Ocorrência e expedição de B.O.

Patu/RN, 17 de Maio de 2016.



Antonio Adriano do Nascimento

Declarante

Sueliton
Sueliton Alves Soares
Plantonista
Mat.113.717-4



Certifico para os devidos
efeitos, que a presente fotocópia é a
reprodução fiel do documento que
me foi apresentado. Dec. Lei 2.148
de 28 de Abril de 1943
Patu-RN, 11 de 09 de 2017

Lucas Tabela, Pôlice, Costa e Silva, Patú/RN, Fone (84) 3361-4702

SINISTRO 3180205489 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ANTONIO ADRIANO DO NASCIMENTO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO TERRA DO SOL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME - Filial/RN

BENEFICIÁRIO ANTONIO ADRIANO DO NASCIMENTO

CPF/CNPJ: 02953157417

Posição em 15-03-2019 15:41:28

Seu pedido de indenização foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.

DR. YURY DINIZ CAMPOS

Angiologia - Cirurgia Vascular e Endovascular
CRM RN 5.957 - CRM PB 6.840

R/ Gelkard Jackson Silva Luto

Relatório Médico

Paciente vítima de FATE em MTD
e Membro Superior Direito, submetido a
procedimento cirúrgico em Membro Inferior
Direito, com ressecção de Arterio Femoral
e Vena Femoral direitos, ainda em recuperação
necessária de afastamento de suas atividades
laborais por 60 (sessenta) dias

CTD: I 77-0

Dr. Yury Diniz Campos
Cirurgião Vascular - Endovascular
CRM PB 6840 CRM RN 5957

Atendimentos

West Clinical Center
Clínica Oncovida - Sala 205
Rua Duodécimo Rosado, 37
Mossoró - RN
Tel: (84) 98113-9246/98135-8200

14.03.17
Clínica Dr. Iran Campos
Av. Dep. Américo Maia, 959
Catolé do Rocha-PB
Tel: (83) 3441-1634
(83) 99902-4841

Clínica Sant'Ana
Rua Joaquim Gregório, 692
Penedo - Caicó-RN
Tel: (84) 3421-2400
(84) 99914-3305

PROTÓCOLO
RECEBIDO
07 MAIO 2018
TERMINO SOL. JUM
E. C. DIRETORIA DE REG.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETTRAN - PB Nº 013221837258	
L A C R E	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	
COD. REN. DMT 20170000299177 EXERCÍCIO 2016	
1 0101765386-8 00/00000000	
NOME	
ANTONIO ADRIANO DO NASCIMENTO	
PLACA	
02953157417 QFB7079/PB	
PLACA ANT. / UR	
NOVO PB 9C2KD0550ER114112	
ESPECÍFICO	
PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC	
COMBUSTÍVEL	
ALCO/GASOL	
MARCA/MODELO	
HONDA/NXR150 BROS ES	
ANO FAB. ANO MOD.	
2014 2014	
CAP/POT/CIL	
2 P/149 /CI	
CATEGORIA	
PARTIC	
COR PREDOMINANTE	
VERMELHA	
COTA ÚNICA	
00/00/0000	
VENÇ. COTA ÚNICA	
1º	
VENÇ. COTAS	
2º	
3º	
FAIXA P.V.A.	
PARCELAMENTO / COTAS	
0	
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	
00/00/0000	
OF (R\$)	
00/00/0000	
PRÊMIO TOTAL (R\$)	
00/00/0000	
DATA DE PAGAMENTO	
07/08/2017	
OBSERVAÇÕES	
SEM RESERVA DE DOMÍNIO	
DO VEÍCULO PARA OPORTUNIDADE OBRIGATORIO	
NÃO VALIDO PARA TRANSFERENCIA	
CATOLE DO ROCHA - PB	
DATA	
07/08/2017	
19763	

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT	
PB Nº 013221837258 BILHETE DE SEGURO DPVAT	
ESTE E O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA	
www.seguradoralider.com.br	
SAC DPVAT 0800 022 1204	
EXERCÍCIO	
2016	
DATA EMISSÃO	
07/08/2017	
VIA	
1	
CPF / CNPJ	
02953157417	
PLACA	
QFB7079/PB	
RENAVAM	
01017653868	
MARCA/MODELO	
HONDA/NXR150 BROS ES	
ANO FAB.	
2014	
CALTABE	
9	
Nº CHASSI	
9C2KD0550ER114112	
PRÊMIO TARIFÁRIO	
FNS (R\$)	

DEMOTRAN (R\$)	

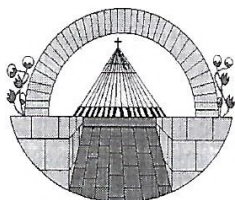
CUSTO DO SEGURO (R\$)	

CUSTO DO BILHETE (R\$)	

OF (R\$)	

TOTAL A SER PAGO (R\$)	

PAGAMENTO	
S	
COTA ÚNICA	
PARCELADO	
DATA DE PAGAMENTO	
07/08/2017	
SEGURADORA LÍDER - DPVAT	
CNPJ 09.248.608/0001-04	
19763-1052265-20170807	



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MUNICIPAL DR. HENDERSON JOSINO
BANDEIRA DE MOURA



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários e de direito, que o Senhor **ANTÔNIO ADRIANO DO NASCIMENTO**: 37 anos de idade: 01/07/1978 deu entrada no serviço de urgência desta instituição no dia 26 de abril de 2016 às 07:26min conforme registro de Livro de Ocorrências do "Setor de urgência", onde consta: acidente motocicleta **"VITÍMA DE ACIDENTE DE MOTO COM MOTO COM TRAUMATISMO"**, atendido, medicado e encaminhado ao Hospital Regional Tarcísio Maia – Mossoró RN.

É verdade e dou fé.

Patu/RN, 17 de maio de 2016.


Hérica Kayenn de Moura Marcelino
Diretora
CPF: 942.611.994-91



Av. Antônio Suassuna, nº 490, Bairro Nova Brasília – Patu-RN
Telefone: 84 3361-2789 - E-mail: hospitalmunicipaldepatu@hotmail.com
CNPJ 08.349.078/0001-28



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Patu
Rua Etelvino Leite, 44, Centro, PATU - RN - CEP: 59770-000

Processo: 0800482-67.2019.8.20.5125

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: ANTONIO ADRIANO DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** proposta por **ANTONIO ADRIANO DO NASCIMENTO** em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

A parte autora alega, em síntese, que:

- a) deve ser concedida a gratuidade da justiça, já que não possui condições de arcar com as custas do processo;
- b) sofreu um acidente enquanto conduzia o veículo descrito na petição inicial, mas a promovida não lhe pagou o valor integral da indenização, razão pela qual procurou o Poder Judiciário; e
- c) deve ser nomeado perito, para realizar parecer médico e quantificar a sequela sofrida, em conformidade com a parceria firmada entre o TJ e a Seguradora Líder (convênio n.01/2013, de 22 de agosto de 2013)

-

Quanto ao requerimento de gratuidade judiciária, parece-me razoável aceitar as alegações da parte autora, razão pela qual, com fundamento nos arts. 98 e seguintes do CPC, **concedo o pedido de gratuidade da justiça**.

Analisando detidamente os autos, percebo que a parte autora demonstrou interesse (na modalidade necessidade) para a propositura da presente demanda (nos termos do art. 17 do CPC), haja vista a comprovação da prévia provocação da via administrativa (id. . 42156507)

No caso ora em análise, dificilmente ocorrerá autocomposição antes de realizada a perícia, razão pela qual determino que a audiência de conciliação (prevista no art. 334 do CPC) seja postergada para momento posterior ao exame médico, o que faço com fundamento no **art. 139, VI, do CPC**, já que o juiz pode alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

Patente, pois, a necessidade de prova pericial, nomeio, com fundamento no art. 465 do CPC, o perito o Dr. **ANDRÉ FERNANDEZ DE OLIVEIRA**[1] e, em consequência, **arbitro os honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais)**.

Tendo em vista o convênio n.01/2013, de 22 de agosto de 2013 firmado entre o TJRN e a demandada, caberá a esta antecipar as despesas com a perícia.

Feita a nomeação do perito acima identificado e determinado o valor dos honorários periciais (bem como o responsável pelo seu pagamento), determino que a Secretaria adote as seguintes providências **(nesta ordem)**:

1) intime-se a parte autora para, nos termos do parágrafo primeiro do art. 465 do CPC, arguir o impedimento ou suspeição do perito (se for o caso), **indicar assistente técnico e apresentar quesitos** (além dos já formulados por este juízo);

2) proceda-se **com a citação da promovida** para, querendo, responder à presente demanda, no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial (Art. 344 do CPC) e, no mesmo ato, **realize a sua intimação** para que, **no prazo da contestação**:

a) **efetue o depósito dos honorários do perito** em conta judicial vinculada a este processo (ficando ciente de que, caso não se realize o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial pertinentes às lesões e sequelas alegadas pela parte demandante);

b) alegue o impedimento ou suspeição do perito (se for o caso), **indique assistente técnico e apresente quesitos** (além dos já formulados por este juízo), caso deseje, nos termos do parágrafo primeiro do art. 465 do CPC;

3) **sendo efetuado o depósito dos honorários pela ré, intime-se o perito** para informar dia e hora para a realização do exame clínico, o qual deverá ser realizado em sala desta Unidade Judiciária, devendo para tanto concentrar uma data, observando, em todo caso, uma antecedência mínima de 60 dias, ficando obrigado a entregar o respectivo laudo no prazo de até 20 dias, após a realização do exame;

4) **com a designação do dia da perícia, as partes devem ser intimadas desta data**, afim de que compareçam ao exame, bem como para que acompanhem a realização da perícia (se assim desejarem, nos termos do parágrafo segundo do art. 466 e do art. 474 do CPC);

5) **com a apresentação do laudo**, intimem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 dias (parágrafo primeiro do art. 477 do CPC).

6) não havendo requerimentos de esclarecimentos acerca do laudo, **expeça-se alvará em favor do perito** e, em seguida, **designa-se audiência de conciliação** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

7) havendo solicitação de esclarecimento pelas partes, intime-se o perito para prestá-lo, no prazo de 15 dias (parágrafo segundo do art. 477 do CPC) e, em seguida, com a sua resposta, **expeça-se alvará em seu favor**, designando-se, ato contínuo, **audiência de conciliação** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Por fim, com fundamento no art. 470, inciso II, do CPC, formulo os seguintes quesitos:

- 1 – Quais as lesões sofridas pelo autor?
- 2 – As lesões decorreram de acidente de veículo?
- 3 – Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente?
- 4 – Totalmente ou em parte?
- 5 – Em que percentual?
- 6 – Das lesões resulta alguma incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica?
- 7 – A incapacidade é temporária ou permanente?
- 8 – Das lesões resulta alguma redução da capacidade laboral ou fisiológica?
- 9 – A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta?
- 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média(50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)?

P.I. Cumpra-se.

[1] Médico Especializado em Ortopedia e Traumatologia, com endereço profissional na Clínica Feldman, localizada à Rua João Gomes de Oliveira, Bairro Sebastião Maltez, Caraúbas/RN.

PATU/RN, 29 de maio de 2019

VALDIR FLAVIO LOBO MAIA

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Patu
Rua Etelvino Leite, 44, Centro, PATU - RN - CEP: 59770-000

Processo: 0800482-67.2019.8.20.5125

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: ANTONIO ADRIANO DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** proposta por **ANTONIO ADRIANO DO NASCIMENTO** em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

A parte autora alega, em síntese, que:

- a) deve ser concedida a gratuidade da justiça, já que não possui condições de arcar com as custas do processo;
- b) sofreu um acidente enquanto conduzia o veículo descrito na petição inicial, mas a promovida não lhe pagou o valor integral da indenização, razão pela qual procurou o Poder Judiciário; e
- c) deve ser nomeado perito, para realizar parecer médico e quantificar a sequela sofrida, em conformidade com a parceria firmada entre o TJ e a Seguradora Líder (convênio n.01/2013, de 22 de agosto de 2013)

-

Quanto ao requerimento de gratuidade judiciária, parece-me razoável aceitar as alegações da parte autora, razão pela qual, com fundamento nos arts. 98 e seguintes do CPC, **concedo o pedido de gratuidade da justiça**.

Analisando detidamente os autos, percebo que a parte autora demonstrou interesse (na modalidade necessidade) para a propositura da presente demanda (nos termos do art. 17 do CPC), haja vista a comprovação da prévia provocação da via administrativa (id. . 42156507)

No caso ora em análise, dificilmente ocorrerá autocomposição antes de realizada a perícia, razão pela qual determino que a audiência de conciliação (prevista no art. 334 do CPC) seja postergada para momento posterior ao exame médico, o que faço com fundamento no **art. 139, VI, do CPC**, já que o juiz pode alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

Patente, pois, a necessidade de prova pericial, nomeio, com fundamento no art. 465 do CPC, o perito o Dr. **ANDRÉ FERNANDEZ DE OLIVEIRA**[1] e, em consequência, **arbitro os honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais)**.

Tendo em vista o convênio n.01/2013, de 22 de agosto de 2013 firmado entre o TJRN e a demandada, caberá a esta antecipar as despesas com a perícia.

Feita a nomeação do perito acima identificado e determinado o valor dos honorários periciais (bem como o responsável pelo seu pagamento), determino que a Secretaria adote as seguintes providências **(nesta ordem)**:

1) intime-se a parte autora para, nos termos do parágrafo primeiro do art. 465 do CPC, arguir o impedimento ou suspeição do perito (se for o caso), **indicar assistente técnico e apresentar quesitos** (além dos já formulados por este juízo);

2) proceda-se **com a citação da promovida** para, querendo, responder à presente demanda, no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial (Art. 344 do CPC) e, no mesmo ato, **realize a sua intimação** para que, **no prazo da contestação**:

a) **efetue o depósito dos honorários do perito** em conta judicial vinculada a este processo (ficando ciente de que, caso não se realize o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial pertinentes às lesões e sequelas alegadas pela parte demandante);

b) alegue o impedimento ou suspeição do perito (se for o caso), **indique assistente técnico e apresente quesitos** (além dos já formulados por este juízo), caso deseje, nos termos do parágrafo primeiro do art. 465 do CPC;

3) **sendo efetuado o depósito dos honorários pela ré, intime-se o perito** para informar dia e hora para a realização do exame clínico, o qual deverá ser realizado em sala desta Unidade Judiciária, devendo para tanto concentrar uma data, observando, em todo caso, uma antecedência mínima de 60 dias, ficando obrigado a entregar o respectivo laudo no prazo de até 20 dias, após a realização do exame;

4) **com a designação do dia da perícia, as partes devem ser intimadas desta data**, afim de que compareçam ao exame, bem como para que acompanhem a realização da perícia (se assim desejarem, nos termos do parágrafo segundo do art. 466 e do art. 474 do CPC);

5) **com a apresentação do laudo**, intinem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 dias (parágrafo primeiro do art. 477 do CPC).

6) não havendo requerimentos de esclarecimentos acerca do laudo, **expeça-se alvará em favor do perito** e, em seguida, **designa-se audiência de conciliação** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

7) havendo solicitação de esclarecimento pelas partes, intime-se o perito para prestá-lo, no prazo de 15 dias (parágrafo segundo do art. 477 do CPC) e, em seguida, com a sua resposta, **expeça-se alvará em seu favor**, designando-se, ato contínuo, **audiência de conciliação** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Por fim, com fundamento no art. 470, inciso II, do CPC, formulo os seguintes quesitos:

- 1 – Quais as lesões sofridas pelo autor?
- 2 – As lesões decorreram de acidente de veículo?
- 3 – Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente?
- 4 – Totalmente ou em parte?
- 5 – Em que percentual?
- 6 – Das lesões resulta alguma incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica?
- 7 – A incapacidade é temporária ou permanente?
- 8 – Das lesões resulta alguma redução da capacidade laboral ou fisiológica?
- 9 – A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta?
- 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média(50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)?

P.I. Cumpra-se.

[1] Médico Especializado em Ortopedia e Traumatologia, com endereço profissional na Clínica Feldman, localizada à Rua João Gomes de Oliveira, Bairro Sebastião Maltez, Caraúbas/RN.

PATU/RN, 29 de maio de 2019

VALDIR FLAVIO LOBO MAIA

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Patu
Rua Etelvino Leite, 44, Centro, PATU - RN - CEP: 59770-000
CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo n.º 0800482-67.2019.8.20.5125
Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Requerente: ANTONIO ADRIANO DO NASCIMENTO
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Prezado(a) Senhor(a),

A presente carta, extraída dos autos em epígrafe, na conformidade da petição inicial, cuja cópia segue anexa, como parte integrante desta, tem por finalidade a CITAÇÃO de Vossa Senhoria, para responder a ação e acompanhá-la até julgamento final, bem como para oferecer, querendo, CONTESTAÇÃO, através de advogado legalmente constituído, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da juntada do AR aos autos do processo. Bem como, a INTIMAÇÃO do despacho proferido nos autos, cuja cópia segue em anexo.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19042311160449600000040773617
PETIÇÃO INICIAL	Documento de Comprovação	19042311095038700000040773754
PROCURAÇÃO	Procuração	19042311101580800000040773779
RG e CPF	Documento de Identificação	19042311103194800000040773798
Despacho	Despacho	19060312401484700000042090534

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a presente ação, presumir-se-ão aceitos pelo requerido, como verdadeiros, os fatos alegados pelo(a) requerente.

Patu/RN, 11 de junho de 2019

Marluce Maia
Chefe de Secretaria

Ilmo(a). Sr(a).
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Rua Senador Dantas, 84, 5 andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205